

Vai doer, já sabíamos; mas é para curar?

Nenhum presidente da República é obrigado a ser um performer, um astro da comunicação com o público. Nas melhores democracias pode acontecer que um presidente se torne perfeito comunicador porque a carreira política que precede sua ascensão ao posto máximo o obriga ao rigoroso treino dos palanques, das tribunas, dos palcos e dos vídeos. No Brasil de hoje não é necessário semelhante currículo para o cargo de presidente, aliás, nem é necessária carreira política. Portanto, menos ainda se pode esperar que os chefes de governo saibam magnetizar audiências ou fascinar ouvintes.

O presidente Figueiredo não tem nenhuma obrigação de apresentar-se na televisão com a desenvoltura dos grandes profissionais do vídeo. Mas, já que ele deseja usar a televisão para comunicar-se diretamente com o povo; já que seus assessores julgam necessário expô-lo semanalmente às implacáveis e neutras lentes das câmaras, em horário nobre, através da maior rede do País, seria aconselhável melhores ensaios, para que o seu sketch semanal com seu amigo Ney não seja tão pouco convincente como tem sido até agora.

Mas, afinal, não importaria absolutamente nada a performance televisiva do presidente caso o conteúdo das suas mensagens fosse estimulante e gratificante, mesmo quando versando sobre uma situação adversa e sombria. Caso o presidente Figueiredo, mesmo sem a desenvoltura que ninguém lhe pode exigir, conseguisse inspirar a população e transmitir-lhe confiança.

Anteontem, todavia, tudo o que ele conseguiu fazer foi assustar ainda mais a já assustada opinião pública. Depois de quase um mês de falatórios irritantes e desgastantes a respeito de um pacote cheio de mistérios e ameaças, em vez de esperanças, s. exa. se decide a vir a público para uma tarefa digna de Alfred Hitchcock: aumentar o suspense! Tam, tam, tam, tcham — só faltaram os quatro acordes da Quinta de Beethoven, que precediam os momentos de grande emoção nas novelas de rádio.

O público ficou ciente de que vai doer, mas continua sem saber por que, ou para que, ou por quanto tempo, e se, depois de doer, vai curar, que é o que interessa. Winston Churchill ocupou no momento mais grave da História do seu país os microfones da BBC de Londres para dizer ao povo inglês que, naquele instante, só poderia prometer "sangue, suor e lágrimas". Mas de algum modo ficou claro que esse era o preço da vitória sobre a Alemanha nazista, da qual ele jamais duvidou. Havia uma causa que valia, sem sombra de dúvida, sangue, suor e lágrimas, e era preciso convencer o povo disso. O presidente Figueiredo nos pede muito menos, é certo; pede-nos apenas suor e cinto apertado, mais apertado do que já está — mas não nos acena com vitórias nem tem grande sucesso em informar em função do que tais sacrifícios se tornaram exigíveis.

Essa a mensagem que passou, como se diz, na televisão, isto é, a mensagem que ficou impregnada na mente do público: vai doer — mas será que vale a pena? Vamos agora aos pormenores do texto.

Todo mundo sabe que o problema financeiro interno do governo brasileiro é, nessa altura, mais grave até que o externo, e se resume em conseguir ou não conseguir ter uma política monetária. Sem política monetária não é possível administrar coisa nenhuma na área da inflação, do consumo, das rendas, etc. Em uma palavra, não é possível administrar financeiramente o País.

Para que exista uma política monetária, isto é, para que o governo recupere o controle dos agregados monetários do sistema e portanto recomence a administrá-los, em vez de ser administrado por eles, é absolutamente imperativo reduzir o déficit do setor público — que ainda não suou nem apertou o cinto — e impedir que alguns reajustes de preços daí decorrentes se espalhem por toda a economia através dos vários mecanismos de indexação (ORTN, INPC, câmbio — principalmente). Em suma, o pacote, seja ele qual for, precisa dar ao mercado razoável dose de convicção de que o déficit do setor público vai cair, e a realimentação da inflação, decorrente do sistema de indexações, será contida. Sem isso o pacote não chegará ao cerne da questão, não mexerá no principal — será mais um embrulho de macetes, de expedientes de circunstância, sem nenhum fôlego de médio e longo prazo.

Ora, como vimos, o texto da fala presidencial não revela clareza, firmeza e determinação quanto àqueles objetivos. Aliás, nem chega a sugerir que o presidente haja compreendido, de fato, qual é a raiz do problema. O presidente falou a maior parte do tempo nas ameaças contidas no pacote, nos sacrifícios nele embutidos, mas muito pouco, ou quase nada, sobre as soluções que ele permitirá. Na verdade chegou a dar certa impressão de desânimo, de perplexidade, como se não acreditasse que o pacote possa trazer soluções.

"É preciso traçar uma estratégia com objetivos claros, palpáveis, capazes de obter a confiança do povo, a confiança de empresários e trabalhadores, e a esperança de um futuro melhor para todos nós" — foi o que disse o chefe da Nação em certo trecho. Concordamos e aplaudimos. Só que não vimos no resto da fala essa estratégia, e o que estamos vendo nas informações a respeito do famoso pacote — até mesmo naquelas transmitidas ontem pelo presidente da Fiesp, Luís Eulálio Vidigal — é mais uma vez o trabalho miúdo de bordadeiras que não sabem para que se destina o pano, um conjunto de táticas circunstanciais e provisórias que não vão inspirar confiança ou reacender esperanças. Diz muito bem o presidente, em outro trecho, que o fator moral é decisivo em todas as batalhas, e que "só vence quem tem vontade de vencer". Concordamos também, e aplaudimos mais uma vez. Só que acrescentaríamos que vence melhor ainda quem sabe que tem possibilidades de vencer.

O pacote que está sendo exibido aos pedaços ao público não nos garante possibilidades palpáveis de vencer a batalha. Faltam-lhe ingredientes básicos, como a coragem para cortar drasticamente o déficit do setor público e para lutar contra a realimentação inflacionária. Sobre-lhe

no entanto, pelo que pudemos depreender, vontade de expandir o setor público através do aumento da carga tributária, ou seja, de reduzir o déficit público às custas do setor privado. Se isso se confirmar, e rezamos para que não se confirme, ele será até perigoso, porque profundamente desanimador. Qualquer sacrifício pode ser suportado quando existe fé nos seus resultados. Caso contrário, é o salve-se quem puder.